

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 584, DE 2002

Dá nova redação ao § 7º, do art. 226 da  
Constituição Federal

**Autor:** Deputado Jair Bolsonaro e outros

**Relatora:** Deputada Edna Macedo

### I – RELATÓRIO

A Proposta de Emenda à Constituição nº 584, de 2002, ora apreciada, modifica o § 7º, do art. 226 da Constituição Federal, dando redação, onde se explicita que nos recursos materiais, educacionais e científicos, necessários ao planejamento familiar se incluem a vasectomia e a laqueadura de trompas, para maiores de vinte e um anos, vedada qualquer forma de coerção por parte de instituição pública ou privada.

Posteriormente, apensou-se à PEC nº 584, de 2002, a Proposta de Emenda Constitucional nº 241, de 2004, com o seguinte teor:

“ Art. 226.....

*§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito.”(NR)*

É o relatório.

### II - VOTO DA RELATORA



B0D2882E00

Incumbe a esta comissão, consoante a alínea *b* do inciso IV do art. 32 e o art. 202, ambos do regimento interno, pronunciar-se sobre a admissibilidade de proposta de emenda à Constituição.

O exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 584, de 2002, e da Proposta a ela apensa, a PEC nº 241, de 2004, revela que não há óbice à admissibilidade delas.

O país não está também na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. As Propostas não vulneram a forma federativa de estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais.

Enfim, não se detectou nas Propostas em exame qualquer ataque a cláusula de intangibilidade constitucional implícita ou explícita. Há problemas de técnica legislativa, como a ausência de cláusula de vigência ou a redação em cifra de número e não por extenso, no caso da proposição principal. Limito-me, porém, aqui a apontar tais problemas, pois o fórum adequado para as correções concernentes à técnica legislativa é a comissão especial, vez que, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, cuida-se tão-somente da admissibilidade da matéria.

Ante o exposto, esta relatora vota pela admissibilidade da PEC nº 584, de 2002, e da Proposta à Emenda à Constituição nº 241, de 2004, apensa à primeira.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2005.

DEPUTADA EDNA MACEDO  
Relatora

